

## A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE COLETIVA E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-142>

Data de submissão: 13/10/2024

Data de publicação: 13/11/2024

### **Claudia Rosana Trevisani Corrêa**

Doutora em Saúde Coletiva  
Faculdade de Medicina de Botucatu – FMB – Unesp  
E-mail: crtcorrea@gmail.com  
Orcid: 0000-0002-3158-8666  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3183700135834688>

### **Ana Clara Oliveira Neves**

Graduanda em medicina  
Faculdade Atenas - Porto Seguro  
E-mail: ananneves80@gmail.com  
Orcid: 0009-0008-2963-1291  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2842772009677775>

### **José Mário dos Santos Cardoso**

Bacharel em Ciências Biológicas  
Universidade Federal do Oeste do Pará  
E-mail: jose.ufopa2018@gmail.com  
Orcid: [orcid.org/0009-0001-9276-5726](https://orcid.org/0009-0001-9276-5726)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5680078499592752>

### **José Divino Barbosa Vaz**

Bacharel em Física Médica  
Universidade Federal de Goiás  
E-mail: josedivino846@gmail.com  
Orcid: 0009-0005-8039-4402.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2892800614741552>

### **Miriam de Andrade Pereira**

Médica Veterinária, Mestre em Ciências Veterinárias  
Universidade Federal de Lavras  
E-mail: mirinhavet@gmail.com  
Orcid: 0000-0001-9166-7799  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4727033767170530>

### **Pamela Nascimento Simoa da Silva**

Médica, Mestre em Biociências  
Universidade Federal do Vale do São Francisco- UNIVASF  
E-mail: drapamelasimoa@gmail.com  
Orcid: 0000-0001-5881-04697  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2363407542146584>

**Sarah Caroline Mazeu Branco**

Mestra em design de artefatos digitais  
CESAR SCHOOL

E-mail: sarah.branco@ufpe.br

Orcid: 0000-0001-5511-9234

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7502631594158567>

**Mônica Beatriz Ferreira**

Mestrado em Gerontologia- Unicam  
Centro Universitário do Sul de Minas- Unis

E-mail: monica.ferreira@unis.edu.br

Orcid: 0000 0001 8362 5206

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3895042228780792>

**Steve Biko Menezes Hora Alves Ribeiro**

Doutorando em Bioquímica e biologia molecular  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

E-mail: Sbmhar@gmail.com

Orcid: 0000-0001-9235-9800

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5205948024118999>

**Álesson Rocha Silva**

Doutor em Administração  
Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: arochaufmg@gmail.com

Orcid: 0000-0002-6845-6632

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8878273384346036>

**Iracelle Carvalho Abreu**

Doutora em Biotecnologia  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

E-mail: iracelle.abreu@ufma.br

Orcid: 0000-0002-3286-6816

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6936068365849786>

**Selma do Nascimento Silva**

Doutora em Biotecnologia  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

E-mail: selma.silva@ufma.br

Orcid: 0000-0002-2896-4990

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0400234542205258>

---

**RESUMO**

Este estudo tem como objetivo analisar a atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) na promoção da saúde coletiva e no combate às desigualdades sociais, por meio de uma revisão integrativa da literatura. A pesquisa se justifica pela relevância crescente das ONGs no cenário global de saúde, especialmente em contextos de vulnerabilidade e baixa cobertura governamental. A metodologia utilizada baseou-se na seleção de estudos publicados nos últimos dez anos em bases de dados como PubMed, Scielo e Lilacs. Os resultados indicam que as ONGs desempenham um papel

fundamental na ampliação do acesso aos serviços de saúde, na educação e prevenção de doenças e na advocacia por políticas públicas mais inclusivas. No entanto, foram identificados desafios, como a sustentabilidade financeira e a falta de integração com os sistemas de saúde pública, que podem comprometer a continuidade das suas ações. A conclusão do estudo reafirma a importância das ONGs para o fortalecimento da saúde coletiva, mas sugere a necessidade de maior cooperação entre ONGs e governos, além da criação de mecanismos de monitoramento e avaliação para garantir a eficácia e sustentabilidade de suas intervenções. Pesquisas futuras podem explorar soluções para superar esses desafios e ampliar o impacto das ONGs no combate às desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Organizações Não Governamentais. Promoção da Saúde. Desigualdades Sociais. Saúde Pública. Determinantes Sociais de Saúde.

## 1 INTRODUÇÃO

A promoção da saúde coletiva e o combate às desigualdades são desafios globais que envolvem a articulação de diversos atores sociais, além de um esforço conjunto entre governos, sociedade civil e o setor privado. Nesse cenário, as Organizações Não Governamentais (ONGs) têm emergido como protagonistas na implementação de ações que visam reduzir as disparidades sociais e melhorar as condições de saúde em diversas comunidades. Sua atuação abrange desde a assistência direta até a promoção de políticas públicas mais inclusivas, criando oportunidades para que populações vulneráveis acessem serviços essenciais de saúde e educação (Pires *et al.*, 2019).

A saúde coletiva, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é um conceito que engloba o bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência das doenças. Para atingir esse ideal, é necessário lidar com os determinantes sociais da saúde estabelecidos na lei 8080 de 1990 (Brasil 1990). É nesse contexto que as entidades sem fins lucrativos desempenham um papel importante, atuando onde o poder público muitas vezes não consegue chegar, especialmente em regiões marcadas por profundas desigualdades socioeconômicas (Magalhães 2018).

As organizações humanitárias frequentemente focam sua atuação em áreas e populações negligenciadas, proporcionando assistência médica, campanhas de conscientização e programas educativos que visam à promoção da saúde (Lima; Campos 2022). Elas também desempenham um papel significativo na formulação de políticas públicas de saúde, agindo como intermediárias entre as comunidades e o Estado. Ao defender os direitos à saúde de grupos marginalizados, as ONGs contribuem para a construção de sistemas de saúde mais equitativos e acessíveis (McBritton *et al.*, 2018).

A justificativa para este estudo reside na crescente importância das ONGs no cenário global de saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento, onde os sistemas de saúde enfrentam grandes desafios estruturais e financeiros. À medida que governos enfrentam restrições orçamentárias e crises sanitárias, como a pandemia de COVID-19, o papel das instituições filantrópicas se torna ainda mais relevante, pois elas preenchem lacunas no acesso aos serviços de saúde e combatem as desigualdades de forma direta e inovadora (Nascimento *et al.*, 2023).

Além disso, compreender a atuação das entidades sem fins lucrativos na promoção da saúde coletiva pode fornecer percepções valiosas para o fortalecimento das políticas públicas e a construção de parcerias mais eficientes entre o setor público, privado e a sociedade civil. As instituições não governamentais trazem uma flexibilidade organizacional e uma capacidade de adaptação que muitas vezes estão ausentes nas instituições governamentais. Por isso, analisar suas experiências pode

fornecer subsídios para a formulação de políticas de saúde mais inclusivas e eficazes (Selau *et al.*, 2021).

Outro aspecto relevante a ser considerado é a capacidade das ONGs de mobilizar recursos humanos, financeiros e logísticos em emergências, como desastres naturais ou crises de saúde pública. Muitas dessas organizações operam em redes internacionais, o que lhes permite responder rapidamente a essas situações, oferecendo cuidados médicos, suprimentos e outros serviços essenciais. Ao mesmo tempo, as organizações humanitárias também enfrentam desafios relacionados à sustentabilidade de suas ações, uma vez que dependem de doações e financiamentos externos. Diante dessas questões, é fundamental analisar criticamente os limites e as potencialidades da atuação de entidades sem fins lucrativos no campo da saúde coletiva. Embora essas organizações desempenhem um papel indispensável, é necessário avaliar em que medida suas ações são capazes de gerar mudanças estruturais e duradouras nas comunidades onde atuam, ou se seu impacto é limitado a intervenções pontuais e temporárias.

Ademais, o objetivo desse estudo é analisar a atuação das ONGs na promoção da saúde coletiva e combate às desigualdades sociais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico desse estudo será abordado em tópicos para melhor compreensão acerca da temática em estudo. Para isso, é necessário explorar as principais teorias e modelos que sustentam essa atuação, bem como a literatura existente sobre o impacto das organizações na saúde coletiva.

### **2.1 CONTEXTO SOBRE SAÚDE COLETIVA**

Desde a década de 1970, após o fim da Segunda Guerra Mundial, surgiu o movimento conhecido como saúde coletiva. Esse movimento se desenvolveu em resposta às mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas no cenário global, marcadas pelo avanço da industrialização, urbanização e pela crescente desigualdade no acesso aos serviços de saúde. A saúde coletiva propôs uma visão mais ampla e integrada do conceito de saúde, que vai além da ausência de doenças, incorporando determinantes sociais, econômicos, ambientais e culturais (Silva; Schraiber; Mota 2019).

O movimento de saúde coletiva destacou a importância da participação social na formulação e execução das políticas de saúde, reconhecendo a necessidade de estratégias que abordem a promoção da saúde e a prevenção de doenças de forma equitativa. Essa perspectiva também sublinha a relevância de ações intersetoriais, unindo diferentes áreas como educação, saneamento, habitação e trabalho, para promover o bem-estar da população (Silva; Schraiber; Mota 2019).

Por meio disso, a saúde coletiva passa a ser entendida como uma abordagem que transcende a atenção individual e busca soluções para problemas de saúde em nível populacional, considerando fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais. Esse enfoque é fundamental para o combate às desigualdades, que se manifestam de forma aguda na saúde (Matos *et al.*, 2018).

A saúde coletiva baseia-se em princípios como a equidade, a universalidade e a integralidade. Esses conceitos consideram que a saúde de uma população não depende apenas de fatores biológicos, mas também das condições de vida, acesso a recursos e políticas públicas. Nessa abordagem, os determinantes sociais da saúde, como renda, educação, condições de trabalho e habitação, são centrais (Brasil 1988; Brasil 1990). Esses determinantes criam contextos de vulnerabilidade que afetam significativamente o acesso aos cuidados de saúde e a qualidade de vida das populações, essa visão teórica fundamenta o trabalho de ONGs que atuam na promoção da saúde coletiva, pois suas intervenções muitas vezes são voltadas para mitigar os efeitos desses determinantes (De Siqueira; Hollanda; Motta 2017).

## 2.2 EQUIDADE EM SAÚDE

A equidade em saúde é um dos princípios centrais do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Esse princípio assegura que o acesso aos serviços de saúde seja oferecido de maneira justa e proporcional às necessidades de cada pessoa ou grupo, reconhecendo que aqueles em situação de maior vulnerabilidade devem receber mais atenção e recursos para superar as desigualdades existentes. Em outras palavras, o conceito de equidade em saúde enfatiza a necessidade de reduzir as desigualdades, adotando uma abordagem que leve em conta as diferentes necessidades de saúde da população e distribua os recursos de forma justa, considerando essas diferenças (Brasil 1988).

Dentro desse contexto, as ONGs desempenham um papel importante na promoção da justiça social, ao garantir que o acesso aos serviços de saúde seja orientado pelas necessidades específicas de cada grupo. Muitas vezes, essas instituições filantrópicas atuam junto a populações marginalizadas ou negligenciadas, buscando preencher lacunas que o Estado, por diversas razões, não consegue suprir de forma adequada (De Siqueira; Hollanda; Motta 2017).

## 2.3 MODELOS DE AÇÕES EM SAÚDE COLETIVA

Os modelos de ações em saúde coletiva são estruturados para promover o bem-estar da população, levando em consideração os determinantes sociais, econômicos e ambientais que influenciam diretamente a saúde. Entre os principais modelos utilizados na saúde coletiva, destaca-se

a Atenção Primária à Saúde (APS), que tem como foco a prevenção, promoção e tratamento de doenças, desempenhando um papel central na estratégia de saúde coletiva no Brasil, especialmente por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF). A APS prioriza a integralidade do cuidado e o acompanhamento contínuo das famílias e comunidades, abordando não apenas a saúde física, mas também fatores sociais e psicológicos que impactam a saúde dos indivíduos (Brasil 2017).

Outro modelo relevante é o da promoção da saúde, que se baseia na formulação de políticas públicas voltadas para a criação de ambientes e comportamentos saudáveis. Esse modelo busca incentivar a adoção de práticas como a alimentação balanceada, a prática regular de atividade física e a adesão às campanhas de vacinação, promovendo estilos de vida saudáveis e a redução de fatores de risco associados a doenças crônicas e infecciosas (Brasil 2006).

Além disso, a educação em saúde desempenha um papel fundamental, atuando na conscientização da população por meio de campanhas, palestras e oficinas educativas. Esse modelo visa fornecer à população as informações e ferramentas necessárias para que possa tomar decisões mais informadas e conscientes sobre a sua própria saúde, promovendo o protagonismo das comunidades e contribuindo para a prevenção de doenças e a promoção de uma vida mais saudável. Assim, os modelos de ações em saúde coletiva se complementam ao buscar a redução das desigualdades e o fortalecimento do cuidado em saúde de forma ampla e integrada (Gonçalves *et al.*, 2020).

#### 2.4 ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE COLETIVA

As Organizações Não Governamentais (ONGs) têm se destacado na adoção de modelos de ação que vão além do atendimento médico direto, desenvolvendo programas que englobam a educação em saúde, a capacitação profissional e o fortalecimento das comunidades para a autossustentabilidade em saúde. Esse modelo de atuação se alinha com a visão de promoção da saúde, que enfatiza a capacitação das comunidades para exercerem controle sobre sua saúde e melhorarem sua qualidade de vida (Minayo *et al.*, 2019).

Além disso, as ONGs têm desempenhado um papel crucial na implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde em áreas com pouca cobertura governamental. Essas entidades possuem uma capacidade única de mobilizar recursos de forma rápida e eficiente, promovendo a inovação em políticas de saúde devido à sua flexibilidade e habilidade de se adaptar a diferentes contextos. Em várias regiões do mundo, elas têm sido fundamentais na execução de programas de saúde onde o Estado não consegue chegar de maneira eficaz (Coelho; Greve 2016).

A atuação das ONGs é frequentemente marcada pela promoção de iniciativas que envolvem a educação para a saúde e a prevenção de doenças, abordando as necessidades locais de maneira específica e colaborativa. Em muitas situações, essas organizações atuam como intermediárias entre o Estado e as comunidades, articulando demandas e facilitando a implementação de políticas públicas. Ao agir dessa forma, as ONGs contribuem para a construção de um sistema de saúde mais inclusivo e participativo, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade social (Westphal et al., 2016).

Contudo, apesar da contribuição positiva das ONGs para a promoção da saúde coletiva, é importante reconhecer os desafios enfrentados por essas organizações. A sustentabilidade financeira é uma questão recorrente, já que muitas ONGs dependem de financiamentos externos e doações, o que pode limitar a continuidade de suas atividades. Além disso, existem críticas sobre a falta de coordenação entre essas organizações e os sistemas de saúde governamentais, o que, em algumas situações, pode resultar em duplicação de esforços ou em uma cobertura limitada (De Mendonça et al., 2016).

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura, que utilizou a estratégia PICO (Paciente, Intervenção, Comparação e Desfecho) para a formulação da seguinte pergunta de pesquisa: “Qual a importância das ONGs para promoção da Saúde Coletiva e Combate às Desigualdades”. A partir dessa formulação, foi possível delimitar os critérios para a seleção dos estudos, buscando garantir a inclusão de evidências científicas relevantes e atualizadas para responder à questão proposta. A estratégia PICO permitiu uma abordagem estruturada, facilitando a identificação e análise de dados nas fontes bibliográficas consultadas.

A escolha por essa metodologia justifica-se pela sua capacidade de integrar diferentes tipos de estudos, sejam eles quantitativos ou qualitativos, proporcionando uma visão abrangente sobre o impacto e os desafios da atuação das ONGs na saúde coletiva. A seleção da amostra foi feita por meio de buscas em bases de dados científicas, como PubMed, Scielo e Lilacs, além de relatórios institucionais e documentos governamentais relevantes. Foram incluídos estudos publicados nos últimos dez anos (2014-2024), considerando artigo. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos disponíveis na íntegra, de forma gratuita, que estivessem dentro do período selecionado, em português e inglês e se tratassem do tema proposto. Foram excluídos que não estivessem com metodologia clara, disponíveis apenas títulos e resumos, capítulos de livro, resumos publicados em anais, estudos fora do período selecionado e que não abordassem o tema proposto.

A coleta de dados seguiu um protocolo estruturado, onde os artigos foram primeiramente selecionados a partir de suas palavras-chave e resumos, seguido de uma leitura completa para a inclusão final no estudo. As palavras-chave utilizadas incluíram termos como "Organizações Não Governamentais", "promoção da saúde", "desigualdades sociais", "saúde pública" e "determinantes sociais da saúde". Em seguida, os estudos selecionados foram analisados com base em critérios de qualidade metodológica e relevância para o tema.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio de uma síntese narrativa dos achados, buscando identificar padrões, lacunas e convergências nos resultados dos estudos incluídos. Foi realizada uma análise temática, na qual os dados foram agrupados em categorias que refletissem as principais áreas de atuação das ONGs, os impactos dessas ações na saúde coletiva e os desafios enfrentados pelas organizações. O objetivo dessa análise foi fornecer uma compreensão clara e crítica sobre as contribuições das entidades sem fins lucrativos para a redução das desigualdades e a promoção da equidade em saúde.

No que se refere às considerações éticas, como este estudo se baseia em dados secundários disponíveis na literatura científica e em documentos públicos, não houve necessidade de submissão a um comitê de ética em pesquisa. No entanto, todos os cuidados foram tomados para garantir o uso responsável das fontes, respeitando os direitos autorais e as normas de citação e referência adequadas. Este estudo apresenta algumas limitações. Primeiramente, o foco em publicações dos últimos dez anos pode excluir estudos relevantes anteriores a esse período. Além disso, a busca foi limitada a três bases de dados, o que pode restringir o acesso a outros estudos potencialmente importantes que estejam fora dessas fontes. Outra limitação refere-se à própria natureza da revisão integrativa, que, ao sintetizar diferentes tipos de estudos, pode não fornecer uma análise aprofundada de cada método individualmente. Contudo, esses limites foram considerados no processo de análise e discussão dos resultados.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados dessa revisão mostram que as ONGs desempenham um papel essencial na promoção da saúde coletiva e no combate às desigualdades sociais. A análise dos estudos selecionados revelou que as instituições não governamentais atuam em diversas áreas, com destaque para o acesso à saúde, educação em saúde e fortalecimento de políticas públicas em regiões carentes. Como por exemplo no estudo realizado por Bichir e Canato (2019) o qual destaca que as ONGs conseguem alcançar populações vulneráveis e fornecer serviços essenciais onde o Estado, por diversas razões, não consegue atuar de forma eficaz.

Em relação ao acesso à saúde, Silva *et al.* (2016) aponta que as organizações da sociedade civil contribuem significativamente para a ampliação dos serviços de saúde, especialmente em áreas rurais e remotas, bem como em comunidades urbanas marginalizadas. Esses achados corroboram com a ideia de Frias *et al.* (2021) o qual relata que essas organizações fornecem desde atendimento médico básico até cuidados especializados, como prevenção de doenças, tratamento de infecções e apoio a gestantes. A criação de clínicas móveis e a presença em locais de difícil acesso são estratégias frequentemente citadas que têm impactado positivamente a saúde dessas populações. Esses achados estão em concordância com a literatura existente, que já apontava a capacidade das ONGs de preencher lacunas deixadas pelo sistema público de saúde, principalmente em regiões de baixa renda e com infraestrutura limitada.

No âmbito da educação em saúde, evidencia-se que as instituições filantrópicas têm desempenhado um papel de grande importância na promoção de práticas preventivas e na disseminação de informações sobre saúde pública. As campanhas educativas promovidas por essas organizações, muitas vezes focadas na prevenção de doenças como HIV, tuberculose e malária, mostram-se eficazes em aumentar o conhecimento da população e em mudar comportamentos que podem contribuir para a redução da incidência de doenças (De Lima 2020). A literatura reforça que as ONGs têm a capacidade de adaptar suas mensagens educacionais ao contexto cultural das comunidades, tornando suas campanhas mais acessíveis e eficazes. Essa adaptabilidade tem sido identificada como um diferencial importante em relação às campanhas de saúde pública conduzidas por governos, que muitas vezes seguem uma abordagem mais padronizada (Tizziani *et al.*, 2019).

Em relação ao fortalecimento das políticas públicas, as instituições não governamentais não apenas atuam tanto na prestação de serviços quanto no desempenho de um papel de advocacia. Elas frequentemente colaboram com governos e outras entidades para influenciar a formulação e implementação de políticas que favorecem a equidade em saúde. Em alguns casos, as ONGs foram fundamentais para a criação de novas políticas de saúde, principalmente no que diz respeito à inclusão de populações vulneráveis nos serviços de saúde pública (Seguro *et al.*, 2021).

Apesar das contribuições positivas, também foi possível identificar os desafios importantes enfrentados pelas organizações humanitárias. A sustentabilidade financeira foi identificada como uma das principais dificuldades. Muitas delas dependem de doações e financiamento de curto prazo, o que pode comprometer a continuidade de seus programas de saúde. Essa limitação financeira também é discutida na literatura, que aponta que, embora as ONGs tenham uma atuação significativa, sua dependência de fontes externas de financiamento pode limitar o impacto a longo prazo. Além disso, a falta de integração entre instituições não governamentais e sistemas de saúde governamentais foi outro

desafio identificado, com alguns estudos sugerindo que a falta de coordenação pode resultar em duplicação de esforços ou na oferta desorganizada de serviços (Pensutti *et al.*, 2023).

Outro aspecto discutido foi a necessidade de maior transparência e prestação de contas. Embora as ONGs tenham um papel relevante na promoção da saúde, alguns estudos apontaram para a falta de indicadores claros que permitam medir o impacto de suas ações de forma consistente. A literatura existente corrobora essa preocupação, sugerindo que muitas associações civis enfrentam desafios em relação à avaliação de suas iniciativas e à documentação adequada dos resultados alcançados. Isso representa uma área importante a ser aprimorada para garantir a eficiência e eficácia das ações implementadas (Sales *et al.*, 2021).

Com isso, destaca-se que as ONGs são essenciais para o fortalecimento da saúde coletiva, mas enfrentam desafios estruturais que podem limitar seu impacto. Um dos pontos destacados foi a necessidade de maior integração entre ONGs e os sistemas de saúde pública. A colaboração mais estreita com os governos poderia não apenas garantir a sustentabilidade de suas ações, como também evitar duplicações e otimizar os recursos disponíveis. Ademais, a criação de mecanismos mais robustos de monitoramento e avaliação seria uma estratégia importante para melhorar sua transparência e eficácia (De Matteo *et al.*, 2024).

Diante disso, é notório que as instituições filantrópicas desempenham um papel significativo na promoção da saúde coletiva e na redução das desigualdades, oferecendo serviços que muitas vezes o Estado não consegue fornecer de maneira eficaz. No entanto, para que seu impacto seja maximizado, é necessário superar desafios relacionados à sustentabilidade financeira, integração com sistemas de saúde pública e avaliação de impacto. Direções futuras de pesquisa podem explorar como fortalecer essas parcerias e como implementar sistemas de avaliação mais eficazes, de modo a garantir a continuidade e a eficácia das ações promovidas pelas instituições não governamentais (Murad *et al.*, 2017).

## 5 CONCLUSÃO

Esse estudo sintetizou os principais achados da revisão, reafirmando a relevância das ONGs na promoção da saúde coletiva e no combate às desigualdades sociais. A pesquisa demonstrou que as ONGs desempenham um papel primordial na ampliação do acesso aos serviços de saúde, especialmente em áreas e populações vulneráveis que, frequentemente, não são atendidas de maneira adequada pelos sistemas de saúde governamentais. Além disso, as organizações humanitárias têm sido fundamentais na educação em saúde e na promoção de campanhas preventivas, adaptando suas estratégias às necessidades culturais e contextuais das comunidades atendidas.

Os resultados também evidenciam que, além da prestação de serviços, entidades sem fins lucrativos exercem um importante papel na advocacia por políticas públicas inclusivas, influenciando diretamente a formulação e a implementação de políticas de saúde que promovem a equidade. No entanto, desafios significativos foram identificados, como a sustentabilidade financeira e a falta de integração com os sistemas públicos de saúde, fatores que podem limitar a continuidade e o impacto das suas ações.

Os objetivos deste estudo foram alcançados ao fornecer uma visão abrangente sobre o papel das ONGs na saúde coletiva e ao destacar tanto suas contribuições quanto os desafios enfrentados. A pesquisa reafirma a necessidade de fortalecer as parcerias entre organizações da sociedade civil e governos para otimizar recursos e melhorar a eficácia das intervenções, além de sugerir a importância de desenvolver mecanismos mais robustos de monitoramento e avaliação. Em termos de implicações práticas, os resultados sugerem que o apoio institucional e financeiro às ONGs é essencial para garantir a continuidade de suas ações e maximizar seu impacto na promoção da saúde e redução das desigualdades. Futuras pesquisas devem focar em estratégias para superar os desafios de integração e sustentabilidade, além de investigar o seu papel em contextos mais amplos, como em países de alta renda, para uma compreensão mais global de sua atuação.

## REFERÊNCIAS

BARBOZA, Sthephany de Sousa Ribeiro. Logística humanitária: análise de cinco casos de desastres naturais. *Repositório Institucional UNESP*, Trabalho de conclusão de curso, 2021.

BICHIR, Renata Mirandola; CANATO, Pamella. Solucionando problemas complexos? Desafios da implementação de políticas intersetoriais. Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas, dissertação de mestrado, DBA e o *Oficina Boraceia* p. 243-266, 2019.

BRASIL, Ministério da saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006.

BRASIL, Ministério da saúde. Constituição da república federativa do brasil de 1988. *Presidência da República Casa Civil*.

BRASIL, Ministério da saúde. lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Presidência da República Casa Civil*.

BRASIL, Ministério da saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Ministério da Saúde, *Gabinete do Ministro*.

COELHO, Vera Schattan P., e GREVE, Jane. As Organizações Sociais de Saúde e o Desempenho do SUS: Um Estudo sobre a Atenção Básica em São Paulo. *Dados, Rev. ciênc. sociais* 59 (3) • Jul-Sep 2016 DOI. <https://doi.org/10.1590/00115258201694>.

CRUZ, Viviani Aparecida. O papel de uma ong moçambicana no combate a violência social: associação moçambicana para o desenvolvimento da família (AMODEFA). *Universidade Federal do Paraná*. Trabalho de Conclusão de Curso, MATINHOS .2021

DE SIQUEIRA, Sandra Aparecida Venâncio; HOLLANDA, Eliane; MOTTA, José Inácio Jardim. Políticas de Promoção de Equidade em Saúde para grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, vol. 22, no 5, maio de 2017, p. 1397–1397. DOI.org <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.33552016>.

DE LIMA, Rafael Rodolfo Tomaz. Formação em gestão do trabalho e da educação na saúde: relatando uma experiência educativa. *Saúde em Debate*, vol. 44, no 126, setembro de 2020, p. 919–29. DOI. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012625>.

DE MATTEO, Sérgio Luiz; GORISCH, Patrícia. O Papel das ONGs na Prestação de Serviços de Saúde para Refugiados: Contribuição das ONGs Brasileiras. *Anais do Encontro Nacional de Pós-graduação*, v. 8, n. 1, p. 474-478, 2024.

DE MENDONÇA, Patrícia Maria Emerenciano; ALVES, Mário Aquino; DO AMARAL NOGUEIRA, Fernando. Sustentabilidade-Saídas para o financiamento das ONGs de luta por direitos. *Anuário de Pesquisa GVPesquisa*, 2016.

E SILVA, Marcelo José de Souza; SCHRAIBER, Lilia Blima; MOTA, André. The concept of health in Collective Health: contributions from social and historical critique of scientific production. *Physis*:

*Revista de Saúde Coletiva*, vol. 29, no 1, 2019, p. e290102. DOI. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312019290102>.

GONÇALVES, Romário De Sousa, *et al.* Educação em saúde como estratégia de prevenção e promoção da saúde de uma unidade básica de saúde. *Brazili-an Journal of Health Review*, vol. 3, no 3, 2020, p. 5811–17. DOI. <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n3-144>.

FRIAS, Karina Vasconcelos Rodrigues. Organização e busca por cuidados em saúde em município rural Remoto: uma análise a partir da teoria dos subsistemas de Arthur Kleinman. *Universidade federal fluminense*, Instituto de saúde coletiva, Programa de pós-graduação em saúde coletiva. coletiva. Niterói – RJ FEVEREIRO/2021

ITAGYBA, Renata Fortes. A promoção da saúde no Haiti por meio de organizações humanitárias. 2019. Tese de Doutorado. *Universidade de São Paulo*.

LIMA, Mariana Reis De Souza, e CAMPOS, Roberta De Freitas. Ação humanitária e direito à saúde: de onde viemos e onde estamos. *Revista de Direito Sanitário*, vol. 22, no 2, setembro de 2022, p. e0002. DOI. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.rdisan.2022.172130>.

MALTA, Deborah Carvalho, *et al.* O SUS e a Política Nacional de Promoção da Saúde: perspectiva resultados, avanços e desafios em tempos de crise. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 23, no 6, junho de 2018, p. 1799–809. DOI.org <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04782018>.

MATOS, Jéssica Caronilda Almeida de. Influência das organizações do terceiro setor em Angola como solução alternativa de combate às desigualdades sociais: o caso da Associação Kamba Solidário. novembro de 2018. *repositorio.unesc*. <http://repositorio.unesc.net/handle/1/6377>.

MCBRITTON, Marta, *et al.* Experiências de uma ONG na promoção de direitos e saúde trans em São Paulo. BIS. *Boletim do Instituto de Saúde*, vol. 19, no 2, dezembro de 2018, p. 125–34. DOI.org <https://doi.org/10.52753/bis.2018.v19.34633>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUALHANO, Luiza. Promoção da saúde como direito e dever individual e coletivo. *Ciência e Saúde Coletiva*. November 12, 2019 10:45

MURAD, Elisa Pereira. Desenvolvimento de métricas para avaliação dos impactos relacionados às ações da Organização não Governamental - Amigos de Itajubá. 2017. *repositorio.unifei* <https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/1016>.

MAGALHÃES, Rosana. Governança, redes sociais e promoção da saúde: reconfigurando práticas e institucionalidades. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 23, no 10, outubro de 2018, p. 3143–50. DOI. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.15872018>.

NASCIMENTO, Williano Nicolas Vieira. Diagnóstico organizacional na ONG Crescer com Viver: uma visão holística. *Instituto Federal do espirito santo*, Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação /Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

PENSUTTI, Guilherme Heitor. Solide: aplicativo para desenvolvimento e alavancagem de organizações não Governamenta. *Adelpha Repositório Digital*. Trabalho de conclusão de curso, 2023.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. *Repositório do Conhecimento do Ipea*, 2019. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9323>.

SALES, Jaqueline Cavalari, et al. Elementos Marcantes da Prestação de Contas Voluntária das 100 Melhores ONGS do Brasil. *Administração Pública e Gestão Social*, abril de 2021. DOI.org <https://doi.org/10.21118/apgs.v13i2.9789>.

SEGURO, Sofia Montalvão Furtado Pedro. A Boa Governação e o Papel das Ong: O Caso da Acep. 2021. Dissertação de Mestrado. *Universidade de Lisboa* (Portugal).

SELAU, Bruna Lima, et al. Analyzing vulnerable children and adolescents' health promotion in a civil-society organization in Florianopolis-SC. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, vol. 31, no 3, 2021, p. e310313. DOI.org <https://doi.org/10.1590/s0103-73312021310313>.

SILVA, João Felipe Marques Da, et al. O aumento de entidades filantrópicas no SUS: o que esse cenário revela? *Revista de Saúde Pública*, vol. 57, no 1, junho de 2023, p. 34. DOI.org <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004720>.

SILVA, Michelle Marry Marques da. As parcerias entre o setor público e as entidades privadas sem fins lucrativos como meio para a viabilização de políticas públicas: marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC) e a necessidade de procedimento licitatório para escolha da entidade parceira. Brasília: IDP/EDB, 2016. 120f. -Dissertação (Mestrado). *Instituto Brasileiro de Direito Público*.

TIZZIANI, Simone Cristina et al. Nós na rede': contribuições do projeto extensionista e suas práticas educativas na promoção da saúde. *Saúde Pública e Saúde Coletiva: Dialogando sobre Interfaces Temáticas*, v. 3, 2019.

WESTPHAL, Márcia Faria; FRANCESCHIN, Maria Cristina Trousdell. A contribuição do CEPEDOC para a construção da Política de Promoção da Saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 21, no 6, junho de 2016, p. 1819–28. DOI.org <https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.08822016>.